



**Prefeitura de Goiânia**  
Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador Geral

PORTARIA Nº 35, 19 DE JULHO DE 2023

Institui o Regimento Interno da Câmara de Resolução de Conflitos do Município de Goiânia - RESOLVE e orienta sobre a tramitação de processos na RESOLVE.

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43 e inciso VIII do art. 64 da Lei Complementar nº 335, de 01 de janeiro de 2021, incisos XIII do parágrafo único do art. 11 do Decreto 245, de 15 de janeiro de 2021, e arts. 25, 30 e 32 da Lei 10.963, de 13 de junho de 2023,

**CONSIDERANDO** a que Lei Municipal nº 10.963, de 13 de junho de 2023 que instituiu a Câmara de Resolução de Conflitos do Município de Goiânia,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º.** Fica instalada a Câmara de Resolução de Conflitos do Município de Goiânia (RESOLVE) que será responsável pela realização de acordos na esfera administrativa, extrajudicial e judicial, de litígios e demandas administrativas, que envolvem o Município de Goiânia.

Parágrafo único – A RESOLVE está diretamente vinculada na Procuradoria-Geral do Município de Goiânia, cabendo a esta, por ato do Procurador Geral do Município, a sua instalação nos termos dos art. 25 e 30 da Lei 10.963, de 13 de junho de 2023.

**Art. 2º.** Poderão atuar como mediadores e/conciliadores, de forma remunerada, advogados nomeados pelo Poder Executivo, conforme previsto no 29 e 31 Lei nº 10.963, de 13 de junho de 2023.

Parágrafo único - Os mediadores e/ou conciliadores e demais servidores envolvidos com as atividades da RESOLVE, atuarão sob a orientação do Procurador Geral do Município de Goiânia, objetivando sempre o aprimoramento da tutela jurisdicional voluntária e pacífica.

**Art. 3º.** Conforme previsto no art. 9º da Lei Federal nº 13.140, de 26 de Junho de 2015, poderá também funcionar na RESOLVE, como mediador extrajudicial, qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.

§ 1º A remuneração dos mediadores e/ou conciliadores, indicados pelas próprias partes, conforme acima previsto, serão pagas pelos participantes da conciliação diretamente aos conciliadores e mediadores.

§ 2º As atividades de mediação ou conciliação, quando for de forma voluntária, não constituirão vínculo empregatício e não acarretarão despesas ao Município de Goiânia.

**Art. 4º.** A RESOLVE será coordenada pelo Procurador Geral do Município de Goiânia ou a quem este indicar, nos termos incisos XIX do art.11 do Decreto nº 245, de 15 de janeiro de 2021.

**Art. 5º.** A tentativa de conciliação poderá ocorrer nas hipóteses normatizadas pelo Procurador Geral do Município de Goiânia, em qualquer fase processual, administrativa e judicial, que podem deflagrar conflitos em face do Município de Goiânia, de modo a viabilizar a solução pacífica da controvérsia antes da judicialização, ou até mesmo daqueles que estiverem em andamento processual administrativo ou judicial.

**Art. 6º.** O interessado poderá submeter o conflito à RESOLVE, mediante petição, protocolada através do sistema eletrônico SEI ou enviada para o seguinte endereço eletrônico: [pgmresolve@goiania.go.gov.br](mailto:pgmresolve@goiania.go.gov.br), instruída com a documentação necessária.

§ 1º A petição, endereçada à RESOLVE, deverá conter:

I - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência, contato telefônico;

II - os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido;

III - o pedido com as suas especificações;

IV - as provas disponíveis e/ou os documentos comprobatórios para formalização da auto-composição, inclusive planilha de cálculo e valor proposto se for o caso;

V - a opção do interessado pela realização da conciliação ou da mediação.

§ 2º As partes deverão preferencialmente ser assistidas por advogado ou defensor público, na forma da legislação vigente.

§ 3º No caso da presença de advogado, ou de procurador de outra natureza, necessária a juntada de procuração.

§ 4º A RESOLVE providenciará no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Município, modelo de petição e de formulários para auxiliar as partes.

§ 5º. Nos conflitos entre os particulares e a Administração Pública, esta será representada na RESOLVE por Procurador do Município designado pelo Procurador Geral do Município.

**Art. 7º.** A petição dirigida à RESOLVE será autuada em processo próprio, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

**Art. 8º.** Caso a petição não preencha os requisitos do art. 6º ou apresente defeitos ou irregularidades, a RESOLVE intimará o interessado por mensagem eletrônica, para que no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a emende ou complemento, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

§ 1º. Se o interessado não cumprir a diligência, será indeferido o pedido e arquivado o processo.

§ 2º. A instauração de procedimento administrativo para a resolução de conflitos no âmbito da Administração Pública suspende a prescrição, nos termos do art. 17, parágrafo único, e art. 34, ambos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, assim como do art. 28 da Lei Municipal nº 10.963/2023.

§ 3º. Considera-se instaurado o procedimento quando a RESOLVE emitir juízo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data de formalização do pedido de resolução consensual do conflito.

§ 4º. Caso seja necessário, para formação do juízo de admissibilidade, poderá a RESOLVE determinar a oitiva prévia da unidade competente, que deverá se manifestar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**Art. 9º.** Admitido o conflito pela RESOLVE, mediante despacho fundamentado, será agendada audiência, devendo ser intimada a parte e o Procurador convocado para representar a Administração Pública.

§ 1º São válidas as intimações realizadas para o endereço eletrônico fornecido pela parte.

§ 2º As intimações serão dirigidas ao advogado da parte regularmente representada, preferencialmente por mensagem eletrônica.

§ 3º As intimações dirigidas ao Procurador do Município e autoridades serão realizadas, via sistema eletrônico de informações (SEI), mediante simples despacho de encaminhamento.

§ 4º No caso de abertura de tentativa de conciliação, quando já houver demanda judicializada, deverá ser informado ao Juiz do feito todos os procedimentos realizados pela RESOLVE.

§ 5º Poderão ser utilizados mecanismos virtuais e plataformas eletrônicas para a solução de conflitos extrajudiciais, de modo a proporcionar rapidez e eficiência ao deslinde da controvérsia.

**Art. 10.** Os acordos realizados constituem título executivo extrajudicial e, caso homologados, título executivo judicial, devendo tal condição estar expressa no instrumento.

§ 1º Os termos de conciliação, de mediação e de ajustamento de conduta serão publicados no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Município no prazo de 15 dias da data da sua assinatura.

§ 2º A Procuradoria-Geral do Município encaminhará relatório contendo os termos de conciliação, de mediação e de ajustamento de conduta celebrados ao órgão competente para os fins do art. 103 da Lei Orgânica do Município de Goiânia.

**Art. 11.** Nos processos que envolvam pagamento de despesas em dinheiro ou obrigações de fazer ou não fazer por parte da administração municipal com repercussão financeira sobre o erário, é necessária a prévia notificação do ordenador de despesas ou do gestor da unidade a ser afetada pela proposta, cuja aquiescência formal condiciona a eficácia do acordo, ressalvada a hipótese do parágrafo segundo.

§ 1º Nos despachos ou ofícios para consulta do ordenador de despesas ou gestor da unidade deverá ser especificado prazo para cumprimento da diligência, pelo Procurador solicitante, não podendo ultrapassar 30 (trinta) dias úteis.

§ 2º Caso não haja disponibilidade orçamentária-financeira, o acordo poderá ser viabilizado, mediante consignação expressa no termo de que o pagamento será realizado pela via do precatório ou requisição de pequeno valor - RPV, observado o disposto no art. 100 da Constituição Federal, uma vez que o acordo constitui título executivo extrajudicial, podendo a parte interessada promover diretamente a execução em juízo.

§ 3º Nos litígios judicializados em que já tenha ocorrido o trânsito em julgado, o acordo celebrado posteriormente deverá ser homologado em juízo, sujeitando-se o cumprimento da obrigação pecuniária obrigatoriamente ao regime de precatório ou expedição de requisição de pequeno valor - RPV, observado o disposto no § 1º do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**Art. 12.** No caso de processos em que o Município de Goiânia seja credor, os pagamentos deverão ser realizados, preferencialmente, via Documento de Arrecadação Única (DUAM), emitido no sítio da Secretaria Municipal de Finanças, observado o código da receita correspondente.

**Art. 13.** O instrumento de acordo deverá conter, dentre outras condições e cláusulas:

I - qualificação das partes;

I - fundamentação fática e jurídica;

II - justificativa e motivação do acordo;

IV - renúncia do particular ou interessado a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à demanda;

V - os honorários advocatícios e a responsabilidade por seu pagamento;

VI - responsabilidade pelo pagamento de eventuais custas processuais, se houver.

Parágrafo único. Nas hipóteses do art. 7º, § 2º, o instrumento de acordo deverá identificar a natureza da prestação devida pelo Município à luz do disposto no art. 100, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, comprovando-se nos respectivos autos, por documento idôneo, a doença grave ou deficiência dos titulares, na forma da lei.

**Art. 14.** Quando a conciliação ou mediação resultar em encargo econômico à Fazenda Pública municipal em montante superior a 100 (cem) salários mínimos, a formalização do acordo dependerá de prévia autorização formal do Procurador-Geral do Município.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a RESOLVE deverá encaminhar os autos do respectivo processo ao Gabinete do Procurador-Geral do Município que, analisando o caso, homologará ou não o acordo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O prazo previsto no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado 1 (uma) única vez e por igual período, mediante decisão fundamentada dessa autoridade.

**Art. 15.** Quando a conciliação ou mediação resultar em encargo econômico à Fazenda Pública municipal em montante superior a 2.000 (dois mil) salários mínimos, a formalização do acordo dependerá de prévia autorização formal do Chefe do Poder Executivo municipal.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a Câmara deverá encaminhar o feito ao Procurador-Geral do Estado, que, depois das necessárias considerações, fará a devida remessa ao Chefe do Poder Executivo municipal que, analisando o caso, homologará ou não o acordo, em ato fundamentado, a ser exarado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O prazo previsto no § 1º deste artigo poderá ser prorrogado 1 (uma) única vez e por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade.

**Art. 16.** A secretaria, o mediador, o conciliador, as partes, seus advogados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública, assistentes técnicos e demais envolvidos, direta ou indiretamente, nas atividades conciliatórias, encontram-se submetidos à cláusula de confidencialidade, devendo guardar sigilo a respeito do que for dito, exibido ou debatido na sessão, de modo a não permitir que tais ocorrências sejam consideradas para outros fins que não os da tentativa de conciliação.

**Art. 17.** Cabe ao Procurador Geral do Município de Goiânia expedir atos necessários ao perfeito funcionamento das atividades da RESOLVE.

**Art. 18.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 19 de julho de 2023.

**MARCOS AURÉLIO EGÍDIO DA SILVA**  
Procurador-Geral do Município



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aurélio Egídio da Silva, Procurador Geral do Município**, em 20/07/2023, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **2145198** e o código CRC **2470875A**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar  
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes  
CEP 74884-900 Goiânia-GO